



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

INFORMAÇÃO Nº 024/2021-2ªDIFIPE

Brasília-DF, 24 de maio de 2021.

PROCESSO Nº 12627/2019

REFERÊNCIA GDF Nº 054.001.027/1994 – PMDF¹

ORIGEM: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

ASSUNTO: Reforma

EMENTA: Reforma do Segundo-Sargento PM² RR **JOSÉ PEREIRA DA ROCHA**, matrícula nº 03.522-X, a contar de 14/11/2003, com proventos integrais relativos ao soldo de sua graduação, por ter atingido naquela data a idade-limite de permanência na reserva remunerada, e contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, conforme ato publicado no DODF de 31/05/2007.

Parecer do Controle Interno pela legalidade da concessão (fls. 50/52*).

Ex-Cabo da Força Aérea Brasileira declarado anistiado político. Reconhecimento de direito à contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos, até a idade-limite de permanência na ativa e concessão de reparação econômica mensal, permanente e continuada equivalente aos proventos de Primeiro-Sargento da Aeronáutica, nos termos da Lei nº 10.559/2002. Tempo de efetivo serviço prestado à FAB também computado para implementação do requisito temporal necessário à transferência para a reserva remunerada da PMDF e consequente direito à percepção dos proventos com base no soldo do grau hierárquico superior. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça quanto à impossibilidade de cumulação de aposentadoria excepcional de anistiado (ou da citada prestação econômica indenizatória) com outros benefícios previdenciários que porventura possuam suporte na mesma causa. Inteligência do art. 16 da Lei nº 10.559/2002, que veda a acumulação de quaisquer pagamentos, benefícios ou indenização com o mesmo fundamento.

Decisão nº 658/2021: determinação à origem para, entre outras medidas, notificar a viúva do falecido policial militar, titular de respectiva pensão distrital e da pensão excepcional de anistiado político, com vistas a apresentar razões de defesa pelo gozo de benefícios obtidos, na origem (proventos de inatividade na PMDF, de natureza previdenciária, e prestação mensal, permanente e continuada de reparação econômica prevista na Lei nº

¹ Doravante, as peças desse processo (digitalizado, tendo recebido o e-DOC 5A7AE289) porventura citadas na presente Informação estarão descritas seguidas do símbolo “*”.

² Graduação na qual foi confirmado o então policial militar da reserva remunerada, consoante o parágrafo único do art. 63 da Lei nº 10.486/2002, por ato publicado no DODF de 08/02/2006.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

10.559/2002, de caráter indenizatório, na Aeronáutica), utilizando-se um mesmo fato gerador (cômputo do tempo de efetivo serviço prestado à FAB).

Contrarrazões ofertadas ao Tribunal. Análise de mérito. Precedentes favoráveis na Casa quanto à percepção cumulativa de proventos de aposentadoria (no âmbito distrital) e da citada reparação mensal continuada em razão de anistia política (na esfera federal), em circunstâncias assemelhadas às do vertente caso.

Procedência da defesa. Legalidade do ato de reforma. Arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Trata-se da reforma do Segundo-Sargento PM RR JOSÉ PEREIRA DA ROCHA, nos termos mencionados na ementa.

2. Anote-se que se encontra vinculado ao presente feito eletrônico o Ato SIRAC nº 03400-7, que trata da pensão legada pelo falecido militar reformado (óbito ocorrido em 12/10/2007), havendo nesse ato, em destaque, registro de excepcionalidade relacionada ao fato de se tratar (o instituidor da pensão) de anistiado político pelo Ministério da Justiça, com possível contagem de tempo de contribuição além do período anistiado. Tal concessão é apreciada no Processo nº 22010/2019-e, mas teve sua análise de mérito suspensa por força da Decisão nº 337/2020, até o deslinde de questões suscitadas nestes autos alusivas à sobredita excepcionalidade.

3. Em última apreciação dos autos, o Tribunal proferiu a **Decisão nº 658/2021** (na S.O. de 03/03/2021), assim vazada:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 336/20; II – determinar o retorno do ato à Polícia Militar do Distrito Federal para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: a) notifique a Srª Corina Maria de Moura Pereira, viúva do Segundo-Sargento PM reformado José Pereira da Rocha, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua notificação, em observância ao contraditório e à ampla defesa, corolários do devido processo legal, apresente razões de defesa perante esta Corte de Contas, em face do recebimento cumulativo da pensão militar distrital e da pensão excepcional de anistiado político, uma vez que, para obtenção desses benefícios, na origem (proventos de inatividade na PMDF, de natureza previdenciária, e prestação mensal, permanente e continuada de reparação econômica prevista na Lei nº 10.559/02, de caráter indenizatório, na Aeronáutica), utilizou-se o mesmo fato gerador



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

*(tempo de efetivo serviço prestado à Força Aérea Brasileira – período de 03.02.1964 a 03.02.1972), hipótese que contraria o disposto no art. 16 da Lei nº 10.559/02 e, também, não se amolda à jurisprudência consolidada no âmbito do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça no que tange à correta interpretação dada a esse dispositivo legal, relativa à impossibilidade de cumulação de aposentadoria excepcional de anistiado (ou da citada prestação econômica indenizatória) com outros benefícios previdenciários que possuam suporte na mesma causa; b) oficie ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com vistas à Comissão de Anistia, para obter informações a respeito do procedimento de revisão do Processo nº 2003.1.14865, no bojo do qual foi declarado anistiado político militar o Sr. José Pereira da Rocha (CPF nº ***.650.061-**), mediante a Portaria nº 2.272, de 09.12.2003, publicada no DOU de 11.12.2003 (Seção 1, pg. 101), tendo atualmente por interessada a Srª Corina Maria de Moura Pereira, viúva do anistiado; c) caso ainda se apresente inconcluso dito procedimento revisional, solicite àquela pasta ministerial que, tão logo encerrado, encaminhe à Corporação distrital solicitante cópia digitalizada, se não integral, das principais peças alusivas à deliberação conclusiva e de sua eventual publicação em veículo oficial de imprensa; d) encaminhe a este Tribunal as informações requeridas nas alíneas anteriores, indicando as eventuais providências adotadas, bem como anexe ao módulo SIRAC a documentação comprobatória da notificação da interessada, conforme preconiza a Decisão nº 2.419/20; III – autorizar que a Polícia Militar do Distrito Federal encaminhe à Srª Corina Maria de Moura Pereira, em anexo ao expediente de notificação de que trata a alínea “a” do inciso II supra, cópia da instrução, bem como do parecer ministerial, do relatório/voto do Relator intrínsecos à deliberação adotada nesta fase processual, no sentido de proporcionar à interessada a exata compreensão do questionamento em face do qual lhe será facultado exercer pleno direito de defesa; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.”*

4. Em atenção ao disposto no subitem “II.a” da supratranscrita decisão plenária, verifica-se protocolado neste Tribunal expediente de defesa³ subscrito pela Srª Corina Maria de Moura Pereira, viúva pensionista do Segundo-Sargento PM Ref José Pereira da Rocha, a cuja análise de mérito confere-se preferência nesta fase processual.

DOS ARGUMENTOS DE DEFESA

5. A defendente argumenta, na essência, que os benefícios acumulados que atualmente percebe ostentam naturezas distintas, pois a pensão por morte concedida pela PMDF deriva de contribuições vertidas por seu falecido marido ao correspondente regime de previdência oficial, decorrentes do exercício do cargo militar junto àquela Corporação, possuindo, assim, natureza previdenciária e contributiva; ao passo que a prestação mensal, permanente e

³ Identificada sob o e-DOC 28961F9F-c (peça 28 dos autos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

continuada conferida ao anistiado político tem caráter indenizatório, conforme expressamente prevê o inciso II do art. 1º da Lei nº 10.559/2002, uma vez que se trata de reparação econômica (não uma contraprestação) pelos danos causados ao anistiado pelo Estado.

6. Lado outro, depreende que o art. 16 da Lei nº 10.559/2002⁴, ao vedar “a *acumulação de quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento*”, reporta-se a “*atos estatais que causaram danos durante a ditadura e por motivações exclusivamente políticas*”.

7. Sob tais premissas, sustentando que “*as prestações não têm o mesmo suporte fático, não têm o mesmo fundamento*”, deduz que não se aplicaria ao vertente caso a referida vedação, sendo possível, ao revés, “*a cumulação da aposentadoria previdenciária por tempo de serviço com a prestação mensal continuada de anistiado*”, até porque os direitos expressos naquela Lei não excluem os conferidos por outras normas legais ou constitucionais (consoante a parte inicial do aludido art. 16).

8. Destarte, alegando, ademais, “*que a redução nominal de salários, remuneração, proventos ou pensão, ainda que a título de reposição ao Erário é, em princípio, inconstitucional e ilegal*”, e que “*a indenização de anistia não é capaz de afastar as contraprestações de previdência pública*”, a defendente encerra sua manifestação, pugnando pela continuidade do recebimento cumulado da pensão militar distrital (previdenciária/contributiva) e da pensão excepcional de anistiado político (indenizatória) legadas por seu falecido marido.

DA ANÁLISE DE MÉRITO

9. Cumpre salientar, de plano, que a razão pela qual se facultou à interessada exercer prévio direito ao contraditório e à ampla defesa referia-se ao fato de que, para a percepção acumulada da pensão militar distrital e da pensão excepcional de anistiado político, teria ocorrido, na origem desses benefícios, aproveitamento de um mesmo fato gerador. Em outras palavras, na configuração inicial dos proventos de inatividade (de natureza previdenciária), na PMDF, e da prestação mensal, permanente e continuada de reparação econômica prevista na Lei nº 10.559/2002 (de caráter indenizatório), na Aeronáutica, teria sido considerado, em duplicidade, o tempo de efetivo serviço prestado à FAB (período de 03/02/1964 a 03/02/1972), o que, a priori, afigurava-se contrário à vedação prevista no art. 16, *in fine*, daquela lei, como também não se amoldaria à jurisprudência consolidada no âmbito do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça no que tange à interpretação dada a esse dispositivo legal, consistente na impossibilidade de cumulação de aposentadoria excepcional de anistiado (ou da citada prestação econômica indenizatória) com

⁴ “Art. 16. Os direitos expressos nesta Lei não excluem os conferidos por outras normas legais ou constitucionais, vedada a acumulação de quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento, facultando-se a opção mais favorável.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

outros benefícios previdenciários que possuam suporte na mesma causa (como, por exemplo, considerando um mesmo tempo de serviço como base de cálculo)⁵.

10. Nesse quadro, em momento algum questionou-se a **possibilidade** do acúmulo de benefícios de naturezas distintas (em não possuindo o mesmo fato gerador), como parece ter, equivocadamente, compreendido a defendente ao longo de sua manifestação. Até porque, como ela mesmo afirmou, tal hipótese encontraria arrimo na parte inicial do art. 16 da Lei nº 10.559/2002 (“*Art. 16. Os direitos expressos nesta Lei não excluem os conferidos por outras normas legais ou constitucionais, (...)*” – destaquei), o que já estava sinalizado no comando de notificação da interessada (subitem “II.a” da Decisão nº 658/2021), ao expressar o caráter diverso dos indigitados benefícios.

11. Como salientado na primeira análise dos autos, o Sr. José Pereira da Rocha, ao ser transferido a pedido para a reserva remunerada da PMDF, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço (por ato publicado no DODF de 29/09/1994 – fl. 31*), utilizou tempo de serviço averbado efetivamente prestado à Força Aérea Brasileira (FAB), referente ao período de 03/02/1964 a 03/02/1972⁶, o que acabou por lhe assegurar, à época, direito à configuração de proventos na graduação imediatamente superior (de Segundo-Sargento PM), conforme a legislação de regência então vigente (Lei nº 7.289/84 - Estatuto dos PPMDF; art. 50, inc. II, § 1º, inc. III).

12. Noutra vertente, tendo em vista o reconhecimento de sua condição de anistiado político⁷, o sobredito tempo de serviço averbado, integrado àquele

⁵ Confirmando tal orientação:

- no TCU, tendo por premissa entendimento segundo o qual a condição de anistiado político não assegura ao servidor mais direitos do que teria se não tivesse sido afastado do cargo público original durante o período de exceção, os seguintes acórdãos, entre outros: nº 1.417/2016-Plenário, nº 4.704/2015-1ª Câmara, e nº 344/2010, nº 6.620/2013 e nº 4.530/2014, todos da 2ª Câmara;

- no STJ, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 828.834/SP (Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019); AgInt no REsp. 1.623.609/SP (Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 22/08/2018); AgInt no AREsp 907.063/SP (Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 04/04/2018); AgInt no AREsp 1.093.551/SP (Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe de 31/10/2017); AgInt no REsp nº 1.598.979/SP (Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe de 31/08/2016).

⁶ Comprovado por certidão própria à fl. 23* e segundo o DTS acostado à fl. 44*.

⁷ Consoante a Portaria nº 2.272, de 09/12/2003, editada pelo Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 11/12/2003 (Seção 1, pg. 101), de seguinte teor:

“PORTARIA N 2.272, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº. 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Terceira Câmara da Comissão de Anistia na sessão realizada no dia 29 de outubro de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.14865, resolve:

Declarar JOSÉ PEREIRA DA ROCHA anistiado político, reconhecendo a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos, até a idade limite de permanência na ativa, assegurando as promoções à graduação de Segundo-Sargento com os proventos da graduação de Primeiro-Sargento e as respectivas vantagens, concedendo-lhe reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada no valor de R\$ 2.668,14 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos), com efeitos financeiros retroativos a partir de 26.11.1997 até a data do julgamento em 29.10.2003, totalizando 71 (setenta e um) meses e 03 (três) dias, perfazendo um total de R\$ 189.704,75 (cento e oitenta e nove mil, setecentos e quatro reais e setenta e cinco centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº. 10.559 de 14 de novembro de 2002.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

reconhecido por ficção jurídica “*como se na ativa estivesse*”⁸, fora efetivamente considerado para apurar o direito às promoções possíveis de serem regularmente atingidas no Quadro de Praças da Corporação (até a idade-limite de permanência no serviço ativo) e o consequente valor da prestação mensal permanente, tornando-o equivalente ao valor de proventos calculados em grau hierárquico superior (de Primeiro-Sargento⁹) que supostamente auferiria na inatividade (reserva/reforma), caso houvesse permanecido no serviço ativo da Aeronáutica, proporcionando-lhe, desse modo, reparação econômica pelos supostos prejuízos sofridos (ADCT, art. 8º, § 3º; Lei nº 10.559/2002, art. 1º, inc. II).

13. Desse modo, o tempo de serviço efetivamente prestado à FAB fora contado para a obtenção de dois benefícios (no caso, proventos de reforma militar e prestação mensal permanente a título de reparação econômica, ambos calculados com base no soldo do grau hierárquico superior). Ainda que um deles seja amparado pelas normas da Anistia Política, tal regramento não permitiria essa interpretação, ou seja, a dupla contagem.

14. Nesse diapasão, uma vez que o Sr. José Pereira da Rocha utilizou, ainda que parcialmente, um mesmo tempo de serviço (como base de cálculo) para obtenção de dois benefícios (passíveis de recebimento acumulado), tendo, assim, idêntico suporte fático, teria incidido, numa primeira análise, na vedação explicitada no art. 16, *in fine*, da Lei nº 10.559/2002, o que constituiria óbice à apreciação da reforma tratada nestes autos, pois aparentemente maculada no que tange à sua vertente remuneratória.

15. Entretanto, ao apreciar mais detidamente o caso, quer-nos parecer, com efeito, que deva ser examinado sob a perspectiva jurídica de ambos os benefícios, em uma releitura do art. 16 da Lei nº 10.559/2002, o qual preconiza que os direitos expressos nesse diploma legal não excluem os conferidos por outras normas constitucionais ou legais, vedando-se, porém, a acumulação de quaisquer pagamentos ou benefícios com o mesmo fundamento.

16. Sob tal prisma, cumpre partir da compreensão de que a primeira hipótese de contagem de tempo de serviço (para preenchimento do requisito temporal exigido para ingresso na inatividade remunerada da PMDF) sobrevém no campo dos fatos da realidade, concretos, de efetiva prestação de labor militar à Aeronáutica (entre fevereiro/1964 e fevereiro/1972), com finalidade

⁸ Em que esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais na FAB, após licenciado de suas fileiras por conclusão de tempo de serviço (nada obstante tenha entendido a Comissão de Anistia do então Ministério da Justiça que o desligamento se deu por motivação exclusivamente política, a teor do art. 8º do ADCT).

⁹ Conforme previsto no art. 50, inc. II, da Lei nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares das FFAA), o que restou expressamente assinalado no § 45 do parecer favorável da Terceira Câmara da referida Comissão de Anistia, ao tratar do requerimento apresentado à época pelo Sr. José Pereira da Rocha (vide peça 18 dos autos, pg. 31). Anote-se que, ao ensejo da publicação da portaria concessiva da anistia, já contava ele 58 (cinquenta e oito) anos de idade (nascido em 14/11/1945), tendo assim ultrapassado a idade-limite de permanência na reserva remunerada, para praças, exigida para concessão de reforma (56 anos, segundo a então legislação de regência - arts. 104, II, e 106, I, “d”, da Lei nº 6.880/1980).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

previdenciária, enquanto o cômputo do tempo decorrente da anistia, consequentemente voltado ao reconhecimento do direito a promoções (na ativa ou inatividade) e à concessão de reparação econômica, deriva de evidente ficção jurídica (tempo fictício), tendo natureza compensatória/indenizatória, em virtude da interrupção da atividade laboral do anistiado.

17. Neste último caso, atente-se que, qualquer que fosse o tempo de efetivo exercício daquela atividade laboral, seria reconhecido ao anistiado político todo o tempo decorrido (fictício) desde quando esteve afastado até a data em que declarada tal condição de anistiado ou, alternativamente, até o preenchimento do requisito temporal necessário ao ingresso na inatividade. Tanto isso é verdade que, na vertente hipótese, o ato declaratório de anistia ao Sr. José Pereira da Rocha reconheceu-lhe “... *a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos, até a idade limite de permanência na ativa, ...*”, o que, à toda evidência, refere-se a termo final para ingresso na situação de inatividade militar (transferência *ex officio* para a reserva remunerada).

18. Desse modo, entende-se que um e outro cômputo operam efeitos em campos de natureza jurídica distinta, não excludentes entre si, podendo ser cumulados em conformidade com o disposto no art. 16 da Lei nº 10.559/2002, seja no sentido do preenchimento do requisito temporal exigido (30 anos de serviço efetivamente prestados) para transferência voluntária à reserva remunerada da PMDF, assim, concretamente considerado, seja para legitimar a percepção de reparação econômica, em prestação mensal de caráter indenizatório, de que trata o sobredito diploma legal, neste caso, consequente de seu efeito fictício.

19. Ademais, não se pode olvidar que a anistia do Sr. José Pereira da Rocha somente fora declarada em dezembro/2003, ou seja, 9 (nove) anos após seu ingresso na reserva remunerada da PMDF (efetivada por ato publicado no DODF de 29/09/1994), quando não haveria como saber que o instituto da anistia iria beneficiá-lo, reintegrando-o ao serviço militar da Aeronáutica, ainda que na condição de inativo, segundo nossa compreensão dos fatos ora aduzidos.

20. Nesse diapasão, conclui-se que a superveniente concessão de anistia ao então policial-militar inativo da reserva, reconhecendo-se “*a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos, até a idade limite de permanência na ativa, assegurando as promoções à graduação de Segundo-Sargento com os proventos da graduação de Primeiro-Sargento e as respectivas vantagens, concedendo-lhe reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada*”, não tem o condão de macular precedente contagem do tempo de serviço efetivamente prestado à FAB para fins de sua transferência para a inatividade na PMDF. Sendo assim, alcançado o requisito temporal para tanto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

exigido na legislação de regência à época¹⁰, afigura-se legitimada a concessão de proventos no grau hierárquico superior (de Segundo-Sargento PM).

21. Outro fator que nos leva a dar razão à pensionista defendente é que o ilustrado *Parquet* de Contas, ao se manifestar na fase anterior destes autos¹¹, apontou precedentes¹² nesta Casa em que se considerou regular a percepção cumulativa de proventos de aposentadoria (no âmbito distrital) e da citada reparação mensal continuada em razão de anistia política (na esfera federal).

22. De fato, ao compulsar detidamente os registros¹³ do caso apreciado no Processo nº 00600-00005278/2020-57, verifica-se que, embora então tratasse de revisão de proventos (integralização) por motivo de acometimento de doença especificada em lei (art. 190 da Lei nº 8.112/1990), comportava idêntica averbação de tempo de serviço efetivamente prestado à Aeronáutica (vínculo interrompido em função do qual o interessado também foi declarado anistiado político), cujo cômputo, ao ensejo da aposentadoria voluntária inicialmente concedida no cargo distrital, permitiu aumento da proporcionalidade dos proventos.

23. Forte então nessas considerações, sem maiores delongas, conclui-se pela **procedência** das razões de defesa apresentadas pela Sr^a Corina Maria de Moura Pereira, no sentido de lhe reconhecer o direito à continuidade do recebimento cumulado da pensão militar distrital e da pensão excepcional de anistiado político legadas por seu falecido marido.

DA CONCESSÃO

24. Examinando agora os elementos/documentos essenciais¹⁴ à concessão da reforma do extinto militar, decorrente do atingimento da idade-limite de permanência na reserva remunerada, verifica-se, no mérito, que guarda conformidade com as normas legais pertinentes à matéria, estando apta, portanto, à apreciação definitiva pela e. Corte, para fins do competente registro.

DAS DEMAIS DEMANDAS CONSTANTES DA DECISÃO Nº 658/2021

25. Por último, acerca das demais questões diligenciadas, sobretudo aquelas destinadas a obter do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

¹⁰ Nos termos do artigo 50, inc. II, § 1º, inc. III, da Lei nº 7.289/1984 (Estatuto dos PPMDF), com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475/1986.

¹¹ Mediante parecer sob e-DOC F2750821-e (peça 22).

¹² Processos nº 28944/2018-e (Decisão nº 3.344/2020) e nº 00600-00005278/2020-57 (Decisão nº 5.122/2020).

¹³ Alusivos ao Ato SIRAC nº 025364-4.

¹⁴ Que constam assim alocados no processo GDF em referência:

- Identificação: fls. 04 e 24*;
- Ato concessório: fl. 43*;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 44*; e
- Abono provisório: fl. 45*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Humanos, com vistas à Comissão de Anistia, informações e/ou documentos relativos ao procedimento de revisão do processo de anistia do militar reformado e quanto a seu eventual desfecho (subitens “II.b” e “II.c”), a PMDF inicialmente informou¹⁵ ter encaminhado correspondência àquela Comissão, solicitando acesso externo ao Processo nº 2003.1.14865, para viabilizar a instrução das medidas elencadas na referida decisão plenária. Ao ensejo, solicitou dilação de prazo à Corte para o devido cumprimento da demanda, o que restou acatado pelo nobre Relator¹⁶.

26. Posteriormente, mediante o Ofício nº 42/2021-PMDF/DGP/DVPC/SRR/SSTEC, de 07/05/2021 (peça 35 – e-DOC 44FE7218-c), a Corporação apresentou ao Tribunal cópia digitalizada do aludido processo físico de anistia (peça 34 – e-DOC 63333C87-c), ao qual lhe foi franqueado acesso¹⁷, entendendo, com essa providência, ter atendido integralmente a Decisão TCDF nº 658/2021.

27. Compulsando a referida peça 34, especialmente a partir da fl. 416 em diante¹⁸, apenas se verificam documentos expedidos pela Comissão de Anistia que demonstram a notificação da viúva do anistiado para apresentar defesa em relação ao procedimento de revisão (o que já havíamos noticiado em instrução anterior) e a realização de diligências junto ao Comando da Aeronáutica visando instruir o feito.

28. Em que pesem ausentes informações relativas ao desfecho da revisão da anistia, entende-se que tal fato não constitui óbice ao regular prosseguimento (e conclusão) deste processo de reforma, sobretudo porque, como se depreendeu na análise das razões de defesa apresentadas pela pensionista militar, reconheceu-se inexistir irregularidade, na origem, quanto ao acúmulo dos proventos de inatividade na PMDF (de natureza previdenciária) e da prestação mensal, permanente e continuada de reparação econômica prevista na Lei nº 10.559/02 (de caráter indenizatório), revelando-se, pois, de direito a continuidade da percepção acumulada dos respectivos benefícios legados pelo falecido marido.

29. Nesse quadro, ao passo de considerarmos cumprida a diligência última determinada nestes autos, entende-se possível desde já ser retomada a apreciação de mérito da pensão militar tratada no Processo nº 22010/2019-e (Ato SIRAC nº 03400-7), em conjunto com o exame da reforma, uma vez superado o motivo que deu causa a seu sobrestamento (pela Decisão nº 337/2020).

¹⁵ Consoante e-DOC 5A1CBAF2-c (peça 29).

¹⁶ A teor do Despacho Singular nº 124/2021-GCPM (e-DOC E7043F67-e – peça 31).

¹⁷ Para acesso, utilize o link a seguir: <https://tinyurl.com/y5wwzprt>

¹⁸ Após o termo de encerramento do trâmite físico daquele processo e sua conversão para o suporte eletrônico (registrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI), procedimentos realizados em 12/08/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DAS SUGESTÕES

30. Em razão do exposto, sugere-se ao e. Plenário:

- I) ter por cumprida a Decisão nº 658/2021;
- II) tomar conhecimento das razões de defesa apresentadas pela Srª Corina Maria de Moura Pereira, pensionista do falecido praça PM reformado José Pereira da Rocha, consubstanciadas no e-DOC 28961F9F-c, para, no mérito, **considerá-las procedentes**;
- III) **considerar legal**, para fins de registro, o ato concessório de reforma do Segundo-Sargento PM José Pereira da Rocha, ressalvando que a regularidade dos proventos será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007;
- IV) autorizar:
 - a) que se dê ciência à nominada pensionista da decisão que vier a ser adotada no feito; e
 - b) o arquivamento deste Processo nº 12627/2019-e.

À consideração superior.

Claudio Roberto Pinto Ribeiro
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 417-1